



O próximo governo e as reservas externas

No decorrer dos últimos oito anos, a economia brasileira expandiu-se à taxa anual média de 4,0%. A intensificação desse crescimento, ou simplesmente sua manutenção, depende da resolução de um conjunto muito amplo e variado de questões. Entre elas, há a que se refere à evolução do montante de reservas de que disporá o Brasil no futuro. A respeito da mesma evolução, a incerteza é tal que não se pode afirmar que os anos vindouros trarão escassez ou excesso de divisas.

A possibilidade da exiguidade das reservas externas pode ser explicada através da conhecida insuficiência do aparato produtivo brasileiro para acompanhar o movimento internacional de progresso técnico. Dela decorre grande sensibilidade ao crescimento econômico das importações e dos déficits em transações correntes do País. Tal sensibilidade acaba por estabelecer estreitos limites à expansão da economia. Pelo ambiente excepcionalmente favorável ao comércio internacional e pela farta liquidez que ofereceu à economia em escala mundial, o período compreendido entre 2002 e 2008 constitui exceção frente à afirmação que se acaba de fazer (gráfico).

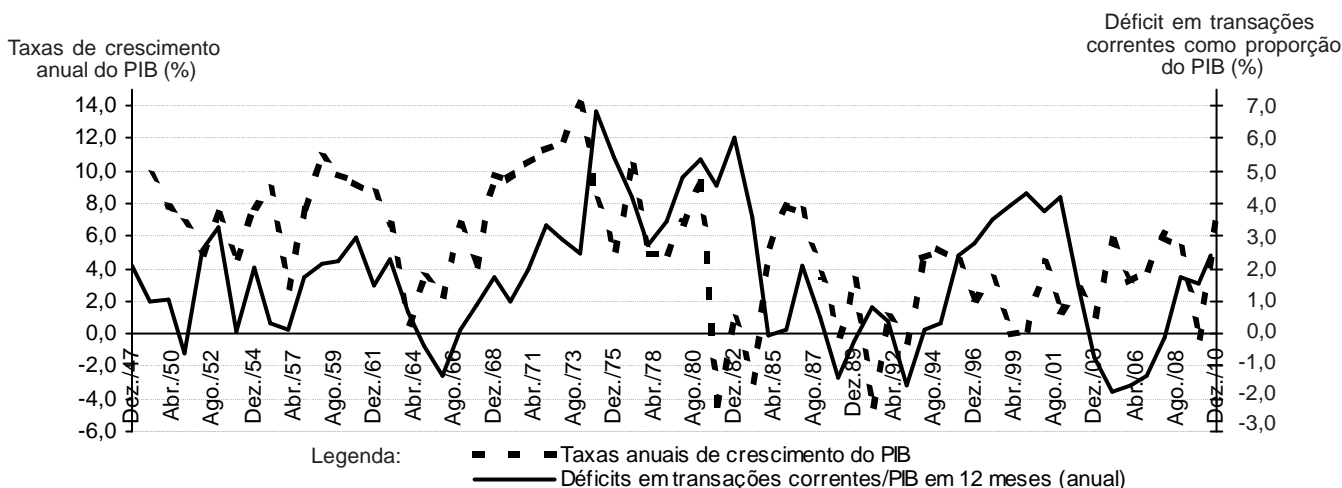
O País pode também enfrentar no futuro excesso de disponibilidade de moeda estrangeira. Essa possibilidade é explicada por razões de natureza tanto comercial quanto financeira. As razões de natureza comercial vinculam vantagens competitivas brasileiras para o comércio internacional de produtos muito exigentes de recursos naturais (alimentos, petróleo, ferro e outros) à crescente e duradoura demanda internacional — em especial, por parte da China — pelos mesmos produtos. As de origem financeira relacionam-se aos elevados juros internos, que, pelo menos por enquanto, são praticados no Brasil. Mas elas estão referidas também, e talvez sobretudo, às inumeráveis oportunidades de ganhos que o

País oferece em decorrência dos investimentos que deverá realizar nas áreas de energia, infraestrutura, habitação e outros. Tais oportunidades são tão mais disputadas à medida que, dada a crise econômica internacional, elas escasseiam nas economias mais desenvolvidas.

Tanto a exiguidade quanto o excesso de reservas externas podem ser danosos para a intensificação ou, simplesmente, para a reprodução do movimento expansivo da economia brasileira encetado em 2003. A exiguidade de reservas não só se traduz em desvalorização cambial e, daí, em pressões inflacionárias, mas também impõe incompleto suprimento de equipamentos e de matérias-primas, dos quais depende a continuidade da expansão econômica. Já o seu excesso constitui a ameaça de desmedida valorização cambial, a qual o Brasil já vem enfrentando. Dela poderá resultar movimento de desindustrialização, o qual se expressaria em tendência de estagnação da atividade produtiva e teria consequências nefastas sobre o bem estar da população do País.

É possível dizer-se que, não obstante o nível atual das reservas externas e o presente influxo de capitais, não está fora de cogitação que o Brasil enfrente certa escassez de divisas no decorrer do período necessário à maturação dos projetos relacionados à exploração do Pré-Sal (quatro ou cinco anos). Posteriormente, e talvez por duas ou três décadas, impor-se-á tendência de grandes volumes de reservas em moeda estrangeira. É tarefa do governo que agora inicia preparar a economia da Nação para enfrentar os problemas descritos, além de torná-la capaz de aproveitar as oportunidades que, muito provavelmente, decorrerão da evolução futura das reservas externas brasileiras.

Taxas de crescimento da atividade produtiva e déficits em transações correntes em proporção do PIB no Brasil — dez./47-dez./10



FONTE: Bacen/Deprec.

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-out./10

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	141,0	21,8	143 642
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,2	0,8	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,1	8,7	120,4	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,4	16,4	148,2	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	73,1	14,8	113,7	-23,3	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	72,7	15,9	114,4	0,6	135 861
Mar./09	3,0	-	9,0	5,6	11,25	71,7	12,9	111,1	-2,9	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	69,2	9,7	110,2	-0,8	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	65,9	7,7	114,7	4,1	134 772
Jun./09	1,0	-	8,1	4,8	9,25	64,1	7,2	112,2	-2,2	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	64,2	8,6	113,3	1,0	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	62,0	5,8	110,4	-2,6	138 717
Set./09	-1,0	-	7,7	4,3	8,75	61,3	-3,3	110,2	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	59,2	-16,1	111,1	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	59,5	-15,1	122,6	10,4	148 649
Dez./09	-0,2	-	6,8	4,3	8,75	60,3	-19,0	145,0	18,2	167 400
Jan./10	-	-	7,2	4,6	8,75	61,1	-16,4	117,3	-19,1	165 388
Fev./10	-	-	7,4	4,8	8,75	61,6	-15,3	116,2	-0,9	161 879
Mar./10	2,4	-	7,6	5,2	8,75	59,6	-16,9	114,7	-1,3	158 721
Abr./10	-	-	7,3	5,3	9,50	58,7	-15,2	112,6	-1,8	160 329
Mai/10	-	-	7,5	5,2	9,50	58,0	-12,0	114,3	1,5	159 897
Jun./10	5,1	-	7,0	4,8	10,25	57,0	-11,1	116,0	1,5	162 051
Jul./10	-	-	6,9	4,6	10,75	56,9	-11,4	119,7	3,2	166 374
Ago./10	-	-	6,7	4,5	10,75	56,4	-9,0	114,4	-4,4	168 625
Set./10	-	-	6,2	4,7	10,75	54,8	-10,6	115,1	0,6	172 969
Out./10	-	-	6,1	5,2	10,75	-	-	-	-	176 942

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-out./10

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA					SETOR EXTERNO					
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produ- ção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,4	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Out./08	-4,47	36,2	138,29	6,0	0,5	86,3	26,3	50,2	-1,61	2,37	-0,76	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,11	4,8	-9,5	85,2	25,0	46,9	-1,57	2,32	-0,75	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	38,4	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,72	2,75	-1,03	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,01	1,0	1,6	76,7	19,3	37,4	-1,69	2,64	-0,95	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,5	29,2	-1,64	2,77	-1,13	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	26,0	-1,50	2,73	-1,23	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,5	-1,32	2,76	-1,44	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,5	78,7	5,1	10,7	-1,41	2,88	-1,47	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,42	-6,5	1,4	79,0	-0,5	1,7	-1,28	2,83	-1,55	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,93	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,25	2,71	-1,46	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,56	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,0	-1,22	2,51	-1,29	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,89	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,2	-1,18	2,16	-0,98	221 629	282 107
Out./09	-0,97	43,4	134,02	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,28	1,97	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,60	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,3	-1,41	1,89	-0,49	236 660	283 644
Dez./09	-2,05	42,8	118,28	-7,4	-5,9	84,2	-22,7	-26,2	-1,54	1,65	-0,10	238 520	277 563
Jan./10	-2,31	41,6	113,78	-5,0	-2,3	82,1	-20,5	-24,7	-1,55	1,51	0,04	240 484	279 083
Fev./10	-2,20	42,1	112,24	-2,6	-1,0	83,1	-17,8	-20,4	-1,65	1,51	0,14	241 082	281 728
Mar./10	-1,92	42,0	133,46	-0,3	14,5	83,5	-15,4	-16,6	-1,78	1,49	0,29	243 762	293 005
Abr./10	-2,14	41,8	124,87	2,3	-6,7	84,5	-13,1	-11,5	-1,97	1,37	0,60	247 292	290 690
Mai/10	-2,12	41,4	131,04	4,5	3,0	84,6	-6,5	-5,0	-1,93	1,39	0,54	249 846	299 291
Jun./10	-2,06	41,1	128,18	6,5	-1,9	85,1	-2,8	2,1	-2,12	1,32	0,80	253 114	309 566
Jul./10	-2,02	41,4	133,64	8,3	3,6	85,0	2,8	9,8	-2,24	1,37	0,87	257 299	316 688
Ago./10	-2,01	41,4	136,36	9,8	0,8	85,4	9,8	19,5	-2,32	1,38	0,94	261 320	318 613
Set./10	-2,96	41,0	133,85	11,2	-2,0	85,9	17,1	27,7	-2,40	1,57	0,83	275 206	335 238
Out./10	-	-	-	-	-	86,4	23,3	35,1	-2,43	1,83	0,60	284 930	343 784

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 19 nº 12

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jun./08-out./10

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Jun./08	-	115,70	107,02	104,84	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,13	105,95	105,01	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,54	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,96	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	3,9	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Mai/09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	-
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	-
Ago./09	-	108,30	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	-
Set./09	-	105,29	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	-
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,9	-
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	-
Dez./09	-0,8	102,25	125,18	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	-
Jan./10	-	97,73	119,76	119,76	770,3	356,8	185,6	1 487,6	101,58	-
Fev./10	-	93,33	110,88	115,25	598,5	269,2	118,0	1 096,3	102,41	-
Mar./10	-	118,41	116,20	115,61	616,6	381,7	138,3	1 359,6	103,62	-
Abr./10	-	113,56	108,67	113,66	810,1	379,8	135,2	1 477,6	104,28	-
Mai/10	-	111,69	106,05	111,98	747,1	350,0	145,1	1 396,1	104,57	-
Jun./10	-	112,72	107,65	111,20	681,1	333,8	158,7	1 343,4	104,29	-
Jul./10	-	119,60	108,71	110,81	713,3	350,0	157,4	1 388,5	104,78	-
Ago./10	-	114,24	105,48	110,09	759,8	366,9	172,6	1 515,7	104,96	-
Set./10	-	105,29	100,00	108,91	753,9	358,8	163,4	1 457,5	105,19	-
Out./10	-	-	-	-	760,8	355,9	147,5	1 423,4	105,99	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jun./08-out./10

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 248	1 264	579 625	1 722 206	1 669 978
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 251	1 271	599 694	1 738 101	1 842 540
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 261	1 268	598 172	1 738 262	1 727 183
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 267	1 271	570 888	1 684 761	2 553 456
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 268	1 267	583 481	1 723 158	1 659 290
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 260	1 267	545 726	1 702 679	1 117 792
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 242	1 238	504 271	1 821 798	1 208 892
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 253	1 236	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 275	1 260	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 284	1 283	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 266	1 279	518 975	1 878 610	1 057 077
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 245	1 257	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 270	1 258	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 284	1 277	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 293	1 271	535 211	1 732 263	1 423 981
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 279	1 276	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 307	1 295	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 281	1 276	531 690	1 751 336	932 124
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 294	1 299	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	1 266	1 263	461 302	1 959 713	838 307
Fev./10	19 718	7,3	9,6	1 301	1 285	538 312	2 034 351	875 005
Mar./10	28 254	7,7	9,8	1 309	1 280	569 857	2 089 614	1 013 270
Abr./10	20 429	7,8	9,6	1 306	1 280	582 585	1 963 257	1 352 478
Mai/10	9 511	7,7	9,6	1 293	1 277	585 325	1 824 913	1 570 958
Jun./10	7 865	7,5	9,5	1 305	1 281	586 363	1 801 932	1 490 528
Jul./10	9 669	7,1	8,9	1 328	1 305	585 557	1 835 915	1 574 764
Ago./10	15 675	7,1	8,7	1 348	1 334	575 378	1 826 812	1 374 519
Set./10	11 139	7,0	8,5	1 346	1 327	539 893	1 736 628	1 438 940
Out./10	18 592	6,8	8,2	-	-	-	-	1 425 566

FONTE: FEE, IBGE, MICT, PED-RMPA, Secretaria da Fazenda-RS, IEPE, SINDUSCON, Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de set./10. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Desempenho e dinâmica da inovação no Brasil

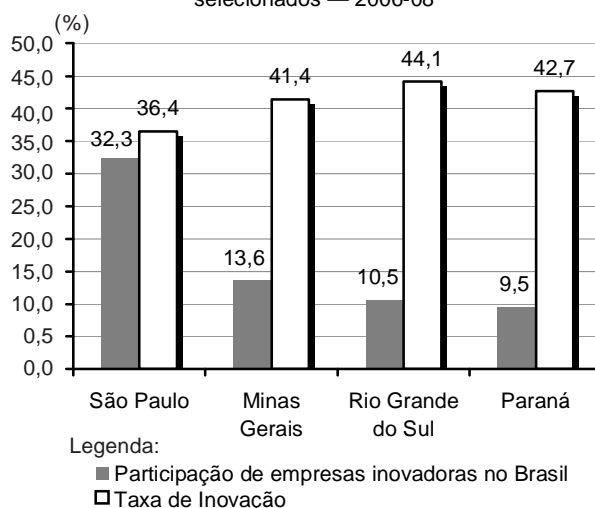
Os resultados da **Pesquisa de Inovação Tecnológica** (Pintec 2008), divulgada em out./10, revelam um aparente aumento do esforço inovador das empresas brasileiras. A taxa de inovação no Brasil, medida pela proporção de empresas que implementaram alguma inovação entre 2006 e 2008, aumentou para 38,4% frente aos 33,6% verificados no período 2003-05. Entre as empresas industriais, a taxa de inovação passou de 33,4% para 38,1%.

Geograficamente, a maior parte das empresas inovadoras da indústria concentram-se nas Regiões Sudeste (52,8%) e Sul (28,4%), com destaque para São Paulo, com 32% do total de empresas inovadoras, seguido por Minas Gerais (13,6%), Rio Grande do Sul (10,5%) e Paraná (9,5%). Se observadas as taxas de inovação entre esses estados, o *ranking* altera-se, sendo o Rio Grande do Sul o estado que exibe a maior taxa de inovação (44,1%), seguido por Paraná (42,7%), Minas Gerais (41,4%) e São Paulo (36,4%).

Apesar de os resultados mostrarem um avanço do processo de inovação no Brasil, esse crescimento não foi acompanhado pela expansão dos indicadores que constituem medidas robustas de inovação. Enquanto, em 2005, 5,6% das empresas da indústria de transformação realizaram dispêndios com atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em 2008, esse esforço inovador se reduziu para 4,2%. Da mesma forma, observou-se uma redução dos dispêndios em atividades de inovação sobre a receita líquida de vendas, que passou de 2,8% em 2005 para 2,6% em 2008. A **Pesquisa** mostra que se mantém no País o padrão de inovação baseado

no acesso ao conhecimento tecnológico por meio da aquisição de máquinas e equipamentos, o que revela um contraste com o padrão observado em economias desenvolvidas, onde é maior a participação dos gastos em atividades internas de P&D.

Participação das empresas inovadoras na indústria brasileira e taxa de inovação em estados selecionados — 2006-08



FONTE: IBGE/Pintec.

César S. Conceição (FEE/CEES)

Expressivo crescimento do setor automotivo em 2010

Em 20 anos, a indústria automotiva brasileira deixou de ser fabricante de “carroças” para se tornar um dos parques produtores mais modernos do mundo. Ao longo desse período, foram construídas 11 novas plantas, modernizaram-se várias outras, e revolucionou-se o processo produtivo, o que resultou em notável ampliação da capacidade instalada. Nem a crise financeira global de 2008 reverteu a trajetória expansionista dessa indústria, que atualmente ocupa a sexta posição no *ranking* de países produtores de automóveis. A existência de demanda reprimida e o crescimento sustentado da economia brasileira impulsionaram a rápida expansão da produção, sobretudo a partir de 2004, alcançando um novo patamar de produção e de comercialização de autoveículos nos últimos anos.

A boa *performance* nacional dessa indústria também é observada no RS: a produção física da atividade fabricação e

montagem de veículos automotores cresceu à taxa de 32,1% no acumulado jan.-set./10, em comparação com igual período do ano anterior. O melhor resultado foi alcançado pela produção de caminhões, o que reflete a fase de expansão do setor agrícola brasileiro, sustentada pela recuperação de preços e pela boa safra de grãos (2009-10). No segmento de carrocerias para ônibus, no qual a gaúcha Marcopolo é responsável por mais da metade da produção, a boa fase decorre da recuperação da demanda, retraída pela crise financeira global, e das renovações das frotas urbanas e interestaduais. As exportações, beneficiadas pelo aquecimento dos mercados latino-americano, com destaque para o Chile e a Argentina, e da África do Sul, cresceram 48,6% em igual período.

Produção física e exportação do setor automotivo do RS — jan.-set. 2009-10

INDICADORES SELECIONADOS	JAN-SET/09	JAN-SET/10	VARIAÇÃO %
Produção (1) (índice)	151,82	200,53	32,1
Exportação (US\$)	286 262 782	425 468 136	48,6

FONTE: Banco Sidra/IBGE.
 MDIC/Aliceweb.

(1) Média do índice de base fixa (2002 = 100) acumulado no período.

Maria Lucrecia Calandro (FEE/CEES)

O impacto da taxa de câmbio real efetiva nas exportações do RS

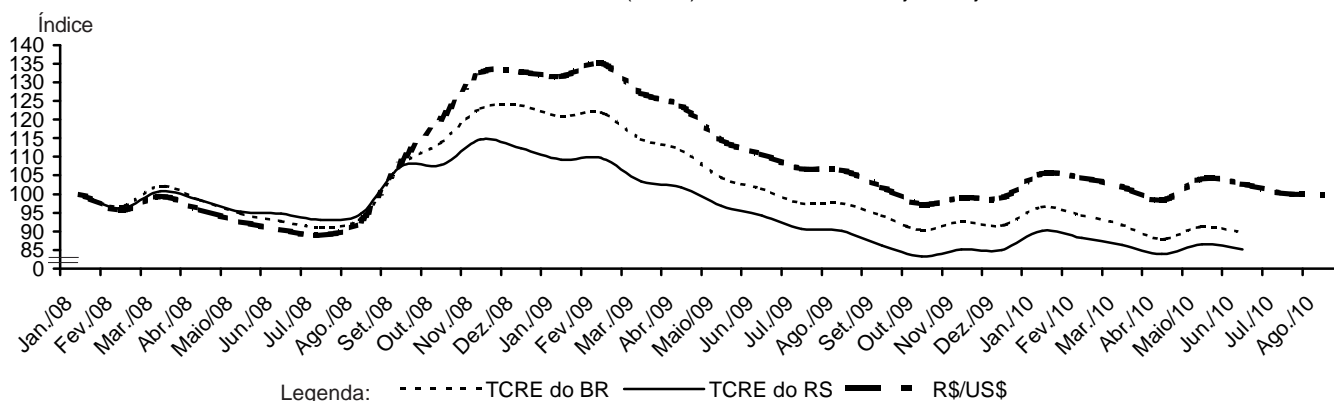
As exportações brasileiras, entre janeiro e setembro de 2010, cresceram 11,8% em volume em relação ao mesmo período de 2009. Por outro lado, as exportações do Rio Grande do Sul caíram 4% em volume durante igual período. Essa diferença indica que as exportações brasileiras estão em um ritmo superior às do RS durante o ano de 2010. Durante o período 2003-10 a perda de competitividade causada pelo aumento dos custos das exportações foi similar entre o Brasil e o RS, visto que a taxa de inflação brasileira foi muito semelhante à gaúcha. Além disso, a taxa de câmbio nominal é igual para ambas as unidades analisadas, mas a estrutura dos parceiros comerciais é diferente. A participação da Argentina nas exportações gaúchas é 30,3% maior do que nas exportações brasileiras, bem como a participação da Rússia é 35% maior nas exportações do RS do que nas do Brasil. Entre 2003 e 2010, o real valorizou-se, respectivamente, 55% e 41,6% em relação ao peso argentino e o rublo russo, indicando que as moedas dos países para os quais o RS exporta proporcionalmente mais do que o Brasil desvalorizaram mais do que o dólar, perante o qual o real se valorizou em 39,2%. Existe, assim, a possibilidade de a taxa de câmbio estar afetando as exportações gaúchas com maior intensidade do que as exportações brasileiras.

Para calcular-se a taxa de câmbio real efetiva (TCRE) para o RS, é necessário ponderar a taxa de câmbio nominal pelo diferencial de inflação entre o país de destino das exportações e o RS. Além disso, deve-se incluir a participação de cada país

de destino nas exportações gaúchas. Assim, chega-se a uma taxa de câmbio para o RS que leva em consideração a variação nos custos de produção e o peso de um país nas exportações gaúchas. O mesmo é feito para o Brasil, que possui uma taxa de inflação muito semelhante à do RS, mas os países de destino das exportações possuem pesos diferentes, gerando, então, uma discrepância entre ambas as taxas. Essa diferença pode explicar o ritmo de crescimento das exportações gaúchas inferior ao ritmo nacional, devido à possível perda de competitividade das exportações gaúchas acima da média nacional.

As diferenças na pauta e nos pesos dos países de destino das exportações impactaram a TCRE, com uma valorização de 4,97% em relação à TCRE calculada para o Brasil. Devido à grande diferença no crescimento das exportações brasileiras e gaúchas, em princípio, o diferencial existente explica apenas parcialmente o ritmo inferior das exportações gaúchas. Logo, outros motivos podem ser relevantes para elucidar tal questão, como a safra de fumo gaúcha em 2010, inferior à de anos anteriores, que afeta tanto as exportações da agricultura como as da indústria de beneficiamento do fumo. Outro fator que contribui é a forte demanda por produtos da indústria extrativa brasileira, que representa 22% das exportações do Brasil. No entanto, essa representa menos de 1% das exportações do RS e exporta produtos que não são beneficiados pelo crescimento da demanda internacional.

Taxa de câmbio real efetiva (TCRE) no Brasil e no RS — jan./08-jul./10



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Bacen.
OCDE.
FEE.

NOTA: Os índices têm como base jan./08 = 100.

Bruno Breyer Caldas (FEE/CIE)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 1º.12.10).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretora Administrativa: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Susana Kerschner. Revisora: Maria Inacia Flôr Reinaldo.

Editoria

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva, Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.